



resiliente, promover industrialização inclusiva e fomentar a inovação, reduzir desigualdades dentro e entre os países, tornar as cidades e os assentamentos humanos seguros, resilientes e sustentáveis, assegurar padrões sustentáveis de consumo e de produção, adotar ações urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, conservar e usar de modo sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir acesso à justiça para todas as pessoas, fortalecer os meios de implementação dessa agenda e revigorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Todos esses objetivos e suas metas estão presentes no plano intitulado "Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Esta resolução, assinado por 193 Estados-Membro da ONU, incluindo o Brasil, aponta para uma ampla agenda que caracteriza os desafios presentes em diversas Nações e que, no atual contexto marcado por intensas dinâmicas globalizantes, precisam ser trabalhados em escala nacional e global.

Por apresentar desafios centrais para o plano nacional, a Agenda 2030 é uma possibilidade fundamental para a melhoria das políticas que buscam o desenvolvimento do país. Para tornar essa agenda realidade no Brasil será necessário um comprometimento e esforços conjuntos das três esferas do poder e da sociedade. Muitas ações serão necessárias para iniciar a implementação da Agenda 2030, dentre elas a constituição de um quadro de indicadores nacionais que possibilite seu monitoramento qualificado e avaliações periódicas sobre as metas. Os indicadores globais, por sua vez, deverão ser aprovados até Março de 2016.

Com o objetivo de acompanhar o processo de construção e implementação desses Objetivos, organizações engajadas da sociedade civil que acompanhavam o processo de negociações da Agenda pós-2015 desde o início das sua negociação após a Cúpula do Clima Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012, constituíram o *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda Pós-2015* que reúne cerca de 50 organizações, redes e movimentos com os mais diversos enfoques temáticos e com histórico de advocacy no campo de direitos humanos e sustentabilidade, bem como com incidência em redes e fóruns internacionais. Vários membros do GT atuaram para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Assim, buscando fomentar a implementação pelo Estado brasileiro da Agenda 2030, de maneira coerente com os planos nacionais, o *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para o Pós-2015* solicita à Câmara Nacional, a realização de quatro audiências públicas, chamadas pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos e Minorias,



Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para tratarem do tema de forma a aprofundar o debate sobre suas diferentes dimensões.

O GT propõe que a primeira audiência tenha caráter geral e seja dedicada ao debate sobre contexto, princípios e aspectos da sua construção, bem como a posição do Brasil na sua construção e principais demandas da sociedade civil agora no momento de sua implementação. As três audiências seguintes focariam, cada uma, nos pilares sociais, econômicos e ambientais da Agenda 2030, cada um deles agrupando uma série de Objetivos e Metas.

As audiências propostas devem ser convocadas conjuntamente pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos e Minorias, Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e têm como missão introduzir no interior do Parlamento brasileiro uma discussão qualificada sobre os desafios para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no país e aportar sobre o papel central do Legislativo na indução da referida agenda, sendo uma iniciativa estratégica para iniciar a difusão ampla da Agenda 2030 e refletir sobre a construção de um mecanismo para sua promoção, difusão e monitoramento via instituição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável que deverá garantir a participação qualificada da sociedade civil.

Tendo em vista os 17 ODS e sua integralidade, o GT entende que o diálogo com as Comissões apontadas é relevante, pois estas têm papel fundamental no que tange ao fortalecimento e ampliação de diálogos com vistas a estabelecer processos de aproximação entre Parlamentares e demais atores relevantes para implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Destacamos que os e as parlamentares terão importante papel nos diálogos Subnacionais (Estados e Municípios) para a implementação dos ODS, incluindo a possibilidade de "revisitar" a legislação existente e propor novos PLs, para atender a demanda do que está sendo proposto.

Finalmente, o GT destaca a importância da presença de alto escalão dos Ministérios – representados a partir da Secretaria de Governo, Relações Exteriores e Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos– entre outros, assim como a presença de representantes do Sistema ONU no Brasil e da sociedade civil na referidas Audiências Públicas.

Entidades que solicitantes que integram o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda Pós-2015 (brasilnupos2015.wordpress.com):

Abong [Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais]



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação Educativa

Artigo 19

Cineclube em Prol da Vida

Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

Engajamundo

Fundação Grupo Esquel

Gestos - Soropositividade, Comunicação & Gênero

Instituto Equit

Mirim Brasil [Movimento infantojuvenil de Reivindicação]

Rede Brasileira de População e Desenvolvimento

Rede Nossa São Paulo

TTF Brasil – Campanha Taxação sobre Transações Financeiras

Vida Brasil

Visão Mundial

Sala da Comissão, 27 novembro de 2015.

Deputado **ÁTILA LIRA (PSB-PI)**